

**A PERSPECTIVA FEMINISTA NA REDEFINIÇÃO DA RACIONALIDADE E
OBJETIVIDADE NA CIÊNCIA: O HORIZONTE PARCIAL EM DONNA
HARAWAY**

**A FEMINIST PERSPECTIVE ON REDEFINING RATIONALITY AND
OBJECTIVITY IN SCIENCE: THE PARCIAL HORIZON IN DONNA
HARAWAY**

**UNA PERSPECTIVA FEMINISYA SOBRE LA REDEFINICIÓN DE LA
RACIONALIDAD Y LA OBJETIVIDAD EN LA CIENCIA: EL HORIZONTE
PARCIAL EN DONNA HARAWAY**

Caroline Coutinho Dal'orto¹

RESUMO

A defesa de uma ausência de valor epistemológico de gênero, tal como de raça, como categorias significativas para a investigação científica coloca o cientista branco e masculino na insígnia do corpo não marcado, isto é, suas investigações não fazem ponte *necessária* com outros campos, como a política e a cultura. Se existe uma marcação de gênero e/ou de raça na ciência esta, ou recebe o status de enviesada, tornando-se *menos* científica, ou perde o status científico *tornando-se outra coisa*. É no interior dessas marcações que me utilizo da literatura feminista anglófona do final do século XX para situar a que problemas Donna Haraway pretende responder na sua proposta de redefinição da racionalidade e da objetividade sustentada na defesa epistemológica da perspectiva parcial. Me utilizo como referência central o texto “Saberes localizados” para situar, em suma, a ponte necessária que Haraway faz entre poder, política e objetividade.

Palavras-chave: objetividade; epistemologia feminista; perspectiva parcial.

ABSTRACT

The defense of an absence of epistemological value of gender, such as race and sexuality, as significant categories for scientific investigation places the white and male scientist in the insignia of the unmarked body, that is, his investigations do not bridge the gap with other fields, such as the politics. If there is a gender and/or race mark in science, then it is biased, becoming less scientific, or it loses scientific status by becoming something else. It is within these markings that I use the late 20th-century Anglophone feminist literature to situate what problems Donna Haraway intends to address in her proposal to redefine rationality and objectivity sustained in the epistemological defense of partial perspective. I use Haraway's writing in “Situated Knowledges” and *Primate Visions* to situate, in short, the author's necessary bridge between power, politics, and objectivity. I use the text “Located knowledge” as a central

1 Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia, <https://orcid.org/0000-0002-6439-5297>, caroline.dalorto@gmail.com.



reference to situate, in short, the necessary bridge that Haraway makes between power, politics and objectivity.

Keywords: objectivity; feminist epistemology; partial perspective.

RESUMEN

La defensa de una ausencia de valor epistemológico del género, así como de la raza y sexualidad, como categorías significativas para la investigación científica sitúa al científico blanco y varón en la insignia del cuerpo no marcado, es decir, sus investigaciones no hacen el puente necesario con otros campos, como la política y la cultura. Si hay una marca de género y/o raza en la ciencia, o recibe el estatus de sesgo, volviéndose menos científica, o pierde su estatus científico, convirtiéndose en otra cosa. Es dentro de estas marcas que utilizo la literatura feminista anglófona de finales del siglo XX para ubicar a qué problemas pretende responder Donna Haraway en su propuesta de redefinir la racionalidad y la objetividad a partir de la defensa epistemológica de la perspectiva parcial. Utilizo el texto “Conocimiento localizado” como referencia central para situar, en resumen, el necesario puente que Haraway tiende entre poder, política y objetividad.

Palabras clave: objetividad; epistemología feminista; perspectiva parcial.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma conversa com as principais correntes que vão nortear os estudos anglófonos em epistemologia feminista, publicados no final da década de 1980, que indicam pensadoras como Sandra Harding, Helen Longino, Ann Shteir e Donna Haraway como algumas de suas precursoras que, embora adotassem diferentes referenciais teóricos, buscavam refletir sobre a objetividade científica invocando novos referentes, como a política de gênero, como possibilidade de não só compreender, mas propriamente justificar o seu significado.

A abertura de possibilidades teóricas engendrada nas epistemologias feministas se dá especialmente na contribuição da crítica feminista à ciência tal como na possibilidade de se estabelecer uma ciência feminista. Para isso, algumas questões se colocam, tais como: quais são as possibilidades de articulação das mulheres *dentro* da produção de conhecimento científico, uma vez que, dessa própria produção, é feito um diagnóstico de uma ciência, cujos métodos e práticas estão intrinsecamente estruturados por valores racistas, machistas e homofóbicos? É possível a ciência ser utilizada para um fim emancipatório dos próprios valores pelos quais foi estruturada? Acusar a ciência androcêntrica de se utilizar de valores “maus” pode recair em uma crítica *do papel do valor* na ciência e, a partir disso, insistir na alegação de uma ciência *isenta de valores*? Procurar um valor *superior* não é um sintoma da busca de um valor universal, tão



criticado na ciência “má”? É possível uma teoria carregada de valor ter sua objetividade maximizada?

O que mais me interessa nessas questões não é a possibilidade de produzirem um resposta mais adequada para se conhecer ou viver melhor no mundo, mas a potência que elas carregam em romper com uma tradição teórica da filosofia da ciência e das ciências naturais, mesmo em suas versões feministas, estas também carregadas quase sempre de um reducionismo social ou biológico, relativismo ou determinismo, acompanhadas por uma estrutura epistemológica em que sujeito e objeto estão invariavelmente implicados em uma relação fixa e assimetricamente investida de poder. O que essa estrutura tem produzido até agora são saberes irresponsáveis com as condições epistêmicas variadas que o processo do conhecimento implica.

Chamo de condições epistêmicas variadas, por exemplo, a relação que a entrada das mulheres na ciência, nos séculos XIX e XX, vai estabelecer com a criação de campos estritamente “femininos”, e a “masculinização” de campos anteriormente “femininos”, realizada nas pesquisas de Ann Shteir. Ou, ainda, o debate suscitado por Harding em sua reconstrução dos principais fundamentos teóricos das epistemologias feministas anglófonas do século XX, e a possibilidade de coexistência de seus diferentes referenciais teóricos como consistindo no próprio exercício crítico da ciência. Esse será o nosso caminho na primeira seção.

Na segunda e terceira seção, convoco o pensamento de Donna Haraway para oferecer uma *saída* aos principais referentes teóricos apresentados até aqui. No seu texto *Saberes Localizados*, Haraway critica duas vertentes que, para ela, organizam centralmente a discussão das epistemologias feministas, isto é, o empirismo feminista e o construtivismo social e, em alguma medida, busca solucionar a dificuldade dessas correntes em apresentar uma versão da relação entre sujeito e objeto que esteja *fora* dos determinismos e reducionismos biológicos/sociais.

A solução dessas versões, para Haraway, está no investimento dos efeitos de imaginação como dando o limite e o significado da própria racionalidade. Tais efeitos de imaginação podem ser rastreados nas metáforas que situam o conhecimento, seus suportes teóricos, tecnológicos e linguísticos, bem como no estatuto de estar sempre em uma posição de negociação com seus objetos e sujeitos. Aqui, o movimento imaginativo opera na fabricação do ato de ver *bem*, ou seja, ver de algum lugar, colocando a sua visão como o limite para a investigação *do que se vê e de onde se vê*. Sujeito e objeto



estão implicados em uma relação epistêmica racional e objetiva, ocupando posições que partem de algum lugar, sendo esse lugar parcial.

Essa parcialidade nos ajuda a pensar como o conhecimento dos corpos é realizado por corpos. Somos todos corpos, sujeito e objeto, e estabelecer condições de conhecimento em que a racionalidade e a objetividade ainda ganham sentido é um desafio que se apresenta para nós que não só queremos viver em corpos, mas nos angustiamos em conhecer os significados e os limites que os constituem.

Para tanto, iniciamos com as discussões de Ann Shteir, situadas na classe média branca inglesa do século XIX, acerca da consolidação da botânica enquanto um campo científico em detrimento da re colocação dos conhecimentos em botânica praticados por mulheres, até então, no campo do “entretenimento literário e “doméstico”. Em seguida, passaremos para uma breve análise sobre as estruturas sociais que materializam as práticas científicas a partir de uma esquematização sócio-política da divisão do trabalho na ciência desenvolvida por Sandra Harding,

1. LOCALIZANDO A PESQUISA FEMINISTA NA EUROPA INDUSTRIAL DO SÉCULO XIX

O século atravessado nos anos de 1820 e 1920 encontrou mudanças significativas na estrutura do pensamento e das práticas sociais, acompanhado da abertura de oportunidades de educação e emprego para as mulheres brancas e de classe média dos países europeus industrializados. Essas aberturas trouxeram um novo significado na formação de um *ethos* social destas mulheres, que passavam a ocupar lugares “masculinizados” na sociedade, tal como a ciência. Essa nova estruturação social e política de gênero teve uma reação acentuada, a partir de 1910, com o aparecimento de mecanismos estruturando campos “feminizados” dentro da ciência, como o surgimento da economia doméstica, que teve como o objetivo cumprir com uma restrição da atuação e legitimação das oportunidades das mulheres na produção científica - mantendo-as em situação de subalternidade na acumulação de status científico em relação aos campos entendidos como masculinos.

Em “Gender and ‘modern’ botany in Victorian England” Ann Shteir² discute os estudos sobre botânica na Inglaterra do século XIX, a partir de uma reestruturação das ciências caracterizadas pelo movimento iluminista que acompanharam uma nova ordem

2KOHLESTEDT, Sally G, LONGINO, Hellen E. “Women, Gender, and Science: New Directions”. Em *Orisis*, v. 12, 1997. p. 29.



taxonômica inaugurada por Linnaeus, pai da taxonomia moderna, ou *segundo Adão*. A taxonomia de Linnaeus, no campo da botânica, previa um sistema de coleta e classificação das plantas a partir da ordem reprodutiva das flores. Essa atividade taxonômica se caracterizava pela combinação entre diversão e conhecimento, seu sistema de classificação era simplificado e incluía, em sua prática, os signos de sensibilidade e polidez.

A partir do final do século XVIII, os novos arranjos de família, emprego e instituição possibilitaram uma abertura cultural significativa para as mulheres nos estudos da botânica, marcando-a como um campo “feminizado”. Aqui, a botânica compreendia a educação da mulher branca de classe média do período vitoriano. O processo de coleta, desenho, estudo e nomeação das plantas era todo identificado como uma prática que estimulava a sensibilidade e a polidez, deixando pouco claras as fronteiras entre o que significava produção de conhecimento científico e atividade “recreativa”. Essas fronteiras passam a ser demarcadas a partir de um movimento de “desfeminização” do campo da botânica, isto é, quando os signos de sensibilidade e polidez ganham um espaço de diferenciação, rompendo com o processo de taxonomização das plantas inaugurado por Linnaeus. Esse processo foi resultado da incorporação de uma cultura utilitarista, que pretendia transformar a botânica em uma *ciência séria*. Isso se traduzia na ideia de que, enquanto a botânica se associava a uma atividade feminina, se localizaria longe do que era considerado o *mainstream* da ciência.

Essa mudança de quadro foi proposta por John Lindley, professor de botânica da University College of London, que estava disposto a modernizar o campo, fazendo dele uma atividade além de uma “*amusement for ladies*”.³ Lindley trabalhou para redesenhar as fronteiras disciplinares das ciências naturais, incorporando-as a um procedimento utilitarista, que tornava *obsoletas* as ideias de sensibilidade e polidez no processo de taxonomização das plantas. Junto a isso, Lindley confrontou as ideias de Linnaeus, classificando-as de “obsoletas”, “estáticas” e “superficiais”, e propondo um novo procedimento de análise taxonômica, que desse prioridade ao estudo da estrutura da planta e não sua identificação e classificação. Esse novo quadro desvalorizava e tornava obsoleto os conhecimentos praticados pelas mulheres na botânica até então.

O status de conhecimento “obsoleto” não era absoluto para Lindley, uma vez que ele entendia que os conhecimentos relacionados à taxonomia botânica anterior,

3“Diversão para senhoras”. KOHLSTEDT, Sally G, LONGINO, Hellen E., op. cit., v. 12, 1997. p. 34.



ligada a uma prática feminina, serviriam como produção de conhecimento literário e como forma de *refinamento da educação infantil* (dos seus filhos). Essa divisão do trabalho e estabelecimento de uma demarcação fronteira entre conhecimento válido cientificamente e válido como “entretenimento”, nos estudos da botânica, teve sua sustentação em uma economia sexual que previa separar a ciência de uma atividade considerada feminina.

A redefinição dos campos científicos estruturada por uma dinâmica de diferenciação de gênero, acompanhada por uma diferenciação de prestígio epistêmico, é um dos efeitos das tendências androcêntricas⁴ em reação à expansão da entrada das mulheres na ciência. Outra reação dessa entrada se traduz na divisão do trabalho da ciência em três grupos principais. São estes, nas palavras de Harding, os gerentes e distribuidores, os técnicos e a equipe doméstica.⁵

O primeiro grupo é uma pequena minoria, alocada em menos de 1% de toda estrutura científica. A existência dos indivíduos desse grupo não significa uma relação com a tradição científica ou com a natureza do conhecimento e sim com uma *totalidade da empresa científica*, integrada com as relações da sociedade que apoiam a ciência. Esse grupo é responsável pela definição do que deve ser contado como objeto de pesquisa, em termos de prática teórica e de articulação e direcionamento de recursos, sendo majoritariamente constituído por homens brancos e de classe média.

O segundo grupo é responsável por supervisionar as atividades de pesquisa em andamento nos processos de coleta, análise e sistematização dos dados. É composto majoritariamente por homens e mulheres brancos, jovens de classe média ou baixa, alimentados pelo imaginário liberal de uma prática científica marcada pelos signos da liberdade e da descoberta.⁶

4Androcentrismo é um conceito analítico desenvolvido por Charlotte Perkins Gilman para descrever a experiência masculina como tradutora das experiências universais, isto é, como eixo central que opera na marcação de *todas as coisas que estão fora dela como outras*. Gilman descreveu as práticas androcêntricas na sociedade e os problemas que elas criaram em seu livro *The Man-Made World*, publicado em 1911. Ver CHARLOTTE, Perkins Gilman. *The man-made world or Our androcentric culture*. New York. 1911.

5HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986, p. 72.

6Em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Thomas Kuhn apresenta, na história do desenvolvimento da ciência, a atividade de resolução de quebra-cabeças instituída por um paradigma. Esse diagnóstico aponta uma armadilha nas ideias de “descoberta” e “autonomia” como estruturantes da prática científica. Isso porque, os jovens cientistas guiados por essas ideias acabam por passar quase toda a sua vida resolvendo os problemas dados na atividade de quebra-cabeças da ciência normal.

O terceiro grupo é responsável pela manutenção de equipamentos, materiais e laboratórios, marcado por pessoas de baixa escolaridade, quase que inteiramente feminino e, em muitas áreas, desproporcionalmente marcado por negros ou hispânicos.

Esse esquema mostra como é falha a ideia de que a ciência é representada por um *homem branco de jaleco*, uma vez que ela é quase que inteiramente constituída por pessoas de todas as cores, sexos e escolaridades. A questão que se coloca é que a falha da imagem *é também o seu acerto*. Ou seja, o homem branco de jaleco é quem determina o que merece ser validado ou não como conhecimento científico.

Na próxima seção exploraremos as três principais correntes da epistemologia feminista propostas por Sandra Harding em “The Science Question in Feminism” que se desenvolveram em resposta às tendências androcêntricas da ciência tradicional apresentadas aqui. Qual seja, o empirismo feminista, epistemologia do ponto de vista (standpoint) e o pós-modernismo feminista. É a partir dos desdobramentos políticos e epistêmicos compreendidos nas propostas teóricas dessas correntes que Donna Haraway irá destrinchar os problemas do androcentrismo científico deslocando-o das suas implicações universalistas ao oferecer a “perspectiva parcial” como alternativa à objetividade científica tradicional.

2. O MAINSTREAM DA MARGEM: educando mulheres para serem donas de casa

Em 1986, em sua obra *The Science Question in Feminism*, Sandra Harding apresenta as três correntes principais, desenvolvendo suas críticas e apontando suas intersecções, que vão estruturar a epistemologia feminista. São estas: o empirismo feminista, o *standpoint* e o pós-modernismo.

O empirismo feminista pensa a partir das distinções entre os métodos impróprios e os próprios, implicados na “má ciência” e na ciência positiva, bem como nos contextos de “descoberta” e “justificação”. Sua operação crítica está sustentada nessas dicotomias, isto é, o empirismo feminista vê as relações de gênero estruturadas isoladamente nos contextos de justificação, localizando-as na aplicação dos testes e interpretação das evidências que, por sua vez, servem como fundamento epistêmico e influenciam nos conjuntos de crença científica. Esse pensamento propõe que localizar e *eliminar* as relações androcêntricas é uma medida de ampliação dos conjuntos de crenças que são



estabelecidos em uma hipótese científica. Essa eliminação teria como resultado uma *tradução* mais neutra e objetiva do mundo.⁷

O problema dessa crítica é que ela toma os contextos de descoberta, isto é, a metodologia e estruturação teórica, nos quais os enunciados de pesquisa são identificados e definidos, como *isenta* dessas relações de gênero. Além disso, se alimenta de um dualismo⁸ que, propriamente, foi um investimento das ciências androcêntricas, para isolar um tipo de ciência que se propunha *livre da marcação de seus criadores*.

A segunda vertente apresentada é o *standpoint* ou epistemologia do “ponto de vista”. Pensada a partir da dialética de Hegel, essa vertente localiza sua investigação teórica a partir do esquema conceitual hegeliano⁹ da relação mestre e escravo. Nesse esquema, o “mestre”, por não possuir uma realidade material do trabalho, produz uma distorção do que seria a experiência do “escravo”, ou do trabalho. Já o “escravo” produz uma consciência de Si e para Si, ao ser o sujeito *capturado pela experiência de subjugação ao trabalho*.

Trocando os termos, temos os sujeitos capturados pelas categorias masculinas no lugar do “mestre” e os capturados pelas femininas no lugar de “escravo”, isto é, as mulheres possuem uma vantagem epistemológica em relação à interpretação da realidade, uma vez que se apresentam em situação de subjugação, sendo os sujeitos

⁷Longino, ao considerar que o *standpoint* falha na justificativa sobre qual critério deve ser considerado na definição do sujeito epistemologicamente privilegiado da ciência feminista, recorre à noção de comunidade científica como estruturando um debate mais democrático da ciência. Essas comunidades devem ser organizadas a partir de quatro critérios: 1 - a existência de fóruns públicos de crítica das pesquisas, métodos e resultados; 2 - uma comunidade que não se limite a tolerar a dissidência, mas promova a mudança de posições através do processo crítico; 3 - a publicização dos padrões sobre os quais teorias, métodos e hipóteses são analisados; e 4 - a existência de igualdade de autoridade intelectual dentro da comunidade científica. Ver LONGINO, Helen. “Subjects, Power, and Knowledge: Description and Prescription in Feminist Philosophy of Science”. In Alcoff and Potter. 1993. p. 112-113.

⁸Como as velhas distinções presentes na epistemologia tradicional, tais como viés versus objetividade, uso versus abuso, ciência versus pseudociência.

⁹No Capítulo IV de *A Fenomenologia do Espírito*, Hegel faz uma abordagem do “Senhor” e do “Escravo” como arquétipos que vão representar a dialética do reconhecimento da consciência-de-si. Aqui as ideias da morte e do trabalho são centrais, isto é, o mestre, por vencer o medo da morte, abstrai sua dependência da natureza e do trabalho e, conseqüentemente, subordina o escravo ao trabalho. O escravo, por estar subordinado ao trabalho, consegue reconhecer, na figura do senhor, a *dependência* de seu trabalho. Esse processo resulta em uma inversão de papéis, onde o Ser para o Outro do escravo se torna Ser para Si, e o Ser para Si do mestre torna-se Ser para o Outro (do escravo), em função de sua dependência do trabalho do escravo.



preferidos epistemologicamente para diagnosticar os efeitos da distorção das relações androcêntricas em favor de uma objetividade mais robusta.¹⁰

O problema dessa crítica é a questão de como conseguir delimitar quem deveria ser *melhor* capturado pela categoria “Mulher”, isto é, quais condições seriam necessárias para a definição de um sujeito epistemologicamente privilegiado. No limite, um problema que impõe a questão: é possível uma captura universal dos sujeitos femininos?¹¹

Essa última questão nos abre para as críticas colocadas pela terceira corrente, qual seja, a pós-modernista feminista, que se propõe discutir a definição de um ponto de vista que possa ter uma relação imediata com a realidade, ganhando assim um privilégio epistemológico. Essa corrente tem fundamentação teórica nos três postulados marcados pelas discussões “pós-modernas”: a morte do homem, denunciando seu caráter histórico; a morte da história, desclassificando uma lógica racional intrínseca à história da humanidade; a morte das metanarrativas, entendendo que a realidade não se constitui *fora* do homem.¹²

Esses postulados ajudam a sustentar uma epistemologia que investe a relação do sujeito e do objeto a partir de uma conexão parcial. Harding anuncia Haraway como uma de suas precursoras, uma vez que esta última associa a possibilidade de uma

10 Juliana Góes acrescenta: “Aprofundando este conceito, o que as mulheres desta linha de pensamento consideram é que as diferenças de gênero trariam experiências diferentes para homens e mulheres, que se concretizariam na dominação dos primeiros sobre as segundas. As mulheres seriam empurradas à margem da sociedade, e teriam de aprender tanto a lógica do grupo dominado, por estar neste espaço, quanto do dominante, por ter de sobreviver a ele. Assim, elas teriam uma perspectiva da sociedade mais completa, e o estudo a partir desta perspectiva seria o que se encontraria de mais radical para o fim das opressões”. Ver GÓES, Juliana. “Ciência e a(s) epistemologia(s): saberes localizados”. Em *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v 27, 2019, p. 06.

11 Patricia Hills Collins traz rupturas à noção hegemônica da experiência feminina ao mostrar que a luta pelo fim do patriarcado, alçada pelo feminismo branco, requer compreender as particularidades da formação familiar negra que está *fora* da relação patriarcal, uma vez que se diferencia de uma divisão de trabalho e de família dos seus ideais (branco) correspondentes, isto é, centradas em um provedor masculino. Onde uma mulher (negra), que não é totalmente mulher (não está somente na esfera privada), e um homem (negro), que tem que se submeter a um outro homem (branco), tem correspondência com um par binário mulher dominada/homem dominador determinados na estrutura patriarcal? É esse tipo de pensamento que Collins elenca para criticar os imperativos do feminismo (branco), utilizando o *ponto de vista da mulher negra*. A discussão trazida por Collins traduz-se na discussão diferenciada das mulheres em relação à maternidade, qual seja, enquanto mulheres brancas lutam a favor de políticas de liberação e legalização do aborto, as mulheres negras pautam questões relacionadas ao genocídio da população negra, traduzidas, por exemplo, no incentivo de políticas públicas que fomentam a esterilização de seus corpos. Ver COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, Chapman and Hall, 1990, p. 69.

12 SARDENBERG, C. M. B. “Da crítica feminista a uma ciência feminista?” *Labrys Estudos Feministas*, 11, 2007, p. 47.



conexão absoluta e imediata ou de completa separação do sujeito com o objeto às estratégias epistemológicas que *fazem perder de vista a objetividade*.

A conexão parcial situa o conhecimento em relação a uma corporalidade do pesquisador e do objeto pesquisado. E, tratando-se de corpo, a divisão entre unidades categoriais, como homem e mulher, torna-se complexificada por atravessamentos irreduzíveis à relação tradicional entre sujeito e objeto. Tal como aponta Haraway, “a procura por uma tal posição ‘inteira’ e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional”.¹³ Aqui, a busca por metanarrativas que estruturam as realidades, pela via de categorizações isoladas - como a econômica, de gênero ou racial - pressionam para uma *tradução* de mundo que subjetiviza e valoriza os imperativos da tradição epistemológica dominante. Em outras palavras, a fuga para uma categoria única de “Mulher” é ainda um esforço para reconhecer o valor universal como uma boa medida de validação do conhecimento.¹⁴ Haraway, embora associada à corrente pós-moderna, assume aí certo acirramento, ao identificá-la com as teses do construtivismo social, que também *fazem perder de vista a objetividade*. O problema dessa corrente é encontrar um ponto ou *uma pista* epistemológica que sustente uma adequação conceitual, aliada aos interesses de uma ciência menos androcêntrica, racista e heteronormativa.

Outra discussão levantada por Harding se dá em torno da escolha interpretativa de certas metáforas políticas e sociais que vão sustentar um conjunto de crenças, de um lado *e não de outro*, apontando que a produção do conhecimento é negligenciada, quando só se conta com uma metodologia e estrutura cognitivistas, na qual ciência e sociedade estão analiticamente separadas.

13HARAWAY, Donna. “Saber localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 2009, p. 27.

14Um dos desafios ao problema de uma identidade unívoca que comportaria a categoria “Mulher” é profundamente discutido por Judith Butler: “A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por ele sugerida, precisamente porque o ‘feminino’ já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de ‘mulher’, e porque ambos os termos ganham seu significado problemático apenas com o termos relacionais. Além disso, já não está claro que a teoria feminista tenha que tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum com o fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade?” Ver BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 09-10, 21.

Ao assumir, por exemplo, a posição de que a adequação conceitual da matemática é, no limite, pragmática, Harding (1989, p. 49) diagnostica que as operações numéricas da matemática no Ocidente tiveram suas realidades negociadas em um corpo de crenças sócio-histórico. Seu exemplo é o de que, na Grécia antiga, o primeiro número de uma série de números inteiros não era considerado *como um número*. Isto se dá em função de uma negociação cultural das operações numéricas com a noção, amplamente difundida na Grécia antiga, de uma teleologia das origens. Essa teleologia carregava uma distinção entre o número gerador de uma linhagem e a sua linhagem subsequente,¹⁵ fazendo com que o “número” um, inclusive, não fosse categorizado nem como ímpar nem como par. Esse exemplo nos ajuda a concluir que as ciências que se estruturam a partir de uma *lógica pura*, em suma, dependem de um conjunto de metáforas *socialmente* negociadas.

Na próxima seção iremos destrinchar essa defesa no interior das discussões da filósofa da ciência Vinciane Despret acerca do conflito das premissas teóricas dos estudos de Darwin e Kropotkine na biologia animal, destacando o atravessamento que as posições entre sujeito e objeto – e suas diferentes simetrias - desempenham na construção de uma objetividade que, no limite, não é emancipada das convicções ideológicas de seus autores *bem como* do contexto material no qual estes realizam suas observações. É aqui que a visão localizada e contextual do conhecimento é apresentada como uma possível solução para a compreensão de uma ciência menos ancorada num objetivismo tradicional e androcêntrico.

3. KROPOTKINE, DARWIN E A DIFERENÇA DE NACIONALIDADE DE SEUS ANIMAIS

Em 1902, o naturalista e anarquista russo Pierre Alexandre Kropotkine publicou seu livro *L'Entraide, um facteur de l'évolution*¹⁶, resultado de sua pesquisa de campo na região de Vitim, na Rússia. As investigações de Kropotkine circulavam, inicialmente, na procura por provas da evolução e seleção natural à luz da teoria evolucionista de Darwin. No entanto, o que os resultados de pesquisa do naturalista apontaram foi para

15 David Bloor apresenta um exemplo para esse padrão na *Metafísica* de Aristóteles, no qual o “um” significa a *medida de alguma pluralidade*, e “número” uma medida plural ou uma pluralidade de medidas. Ver BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. London: Routledge & Kegan Paul, 1977, p.110.

16 DESPRET, Vinciane. “O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas?”. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 1, p. 59-72, Jan./Abr. 2011.



uma falta de coerência de suas observações com as premissas básicas da teoria de seleção darwinista, escrevendo:

Quando explorava a região de Vitim, na companhia do competente zoólogo meu amigo Poliakoff [...], procuramos em vão provas da áspera concorrência entre animais da mesma espécie que a leitura da obra de Darwin nos havia preparado para encontrar [...]. Mas, mesmo nas regiões de Amour e Oussouri, onde a vida animal pulula, eu só pude muito raramente, apesar da atenção que dedicava, notar fatos de real concorrência, de verdadeira luta, entre animais superiores da mesma espécie. A mesma impressão sobressai na maioria das obras de zoólogos russos. (Despret, 2001: 63)

Kropotkine observou os efeitos de uma solidariedade e de um apoio mútuo na organização das espécies que investigava ao relacionar o movimento de sobrevivência muito mais a esses efeitos do que aos efeitos de competição e disposição agonística na disputa por recursos. Aqui, Kropotkine discorda frontalmente das observações de Darwin, e chega a afirmar que a sua impressão ligada à observação da solidariedade como chave de leitura da organização do grupo *era uma tendência geral entre os naturalistas russos*.

Em 1862, Marx escreveu em uma carta para Engels: “É espantoso ver como Darwin reconhece nos animais e nas plantas *sua própria sociedade inglesa*, com sua divisão do trabalho, sua concorrência, suas aberturas de novos mercados, suas ‘invenções’ e sua malthusiana luta pela vida”.¹⁷ Aqui, Kropotkine parece se aproximar da mesma conclusão de Marx, qual seja, a teoria evolucionista de Darwin *é puramente* a expressão de um resultado de quadros políticos, econômicos e nacionais pelos quais ele se localizava.¹⁸ Por outro lado, as observações de Kropotkine também não fugiam da acusação de que seu posicionamento político anárquico inclinava suas investigações na busca de encontrar o fundamento para a solidariedade na natureza¹⁹.

O que as visões políticas e econômicas oposicionistas de Darwin e Kropotkine têm em comum é o significado que elas conferem ao objeto epistemológico como o resultado de “meros jogos de poder”, que nada dizem respeito às realidades dos objetos mesmos. Nessa chave de leitura, os objetos desempenham um lugar de *passividade* absoluta em relação ao observador e à sua subjetividade.

17 Segundo Engels: “A economia empresta seus modelos à natureza, a natureza os ‘naturaliza’ e a história natural, por sua vez, os propõe à economia: ‘depois que o passe de mágica foi realizado’ [isto é, a transposição da sociedade para a natureza], as mesmas explicações são transferidas de volta da natureza à sociedade e afirma que se provou sua validade como leis eternas da sociedade humana”.

18 DESPRET, Vinciane, op. cit., p. 63.

19 Idem, p. 68.



Despret sugere que, em uma primeira leitura, os animais de Darwin e os de Kropotkine são diferenciados por questões próprias à nacionalidade *dos autores*. Em um segundo momento, a diferença de nacionalidade como fundamento dos processos diferenciados de evolução parece operar *nos animais*, isto é, porque eles viviam, de um lado e do outro, em contextos ecológicos diametralmente opostos.²⁰

As condições ambientais da Sibéria e Manchúria setentrional, onde se encontravam os animais de Kropotkine, apresentavam oscilações climáticas bastante hostis, isto é, passava-se de uma tempestade de gelo ao degelo do início de verão e, mesmo nas regiões temperadas, havia a presença de chuvas torrenciais que provocam constantes situações de alagamento. Nessas condições, as afirmações da teoria malthusiana²¹ herdadas por Darwin perdiam o seu significado, isto é, em um contexto ambiental em que os animais estavam mais inclinados a uma “luta contra condições ambientais adversas” do que à “luta uns contra os outros”. Por outro lado, Darwin localizava o seu trabalho em ilhas onde o problema de superlotação era uma questão²² que impunha algumas alternativas de leitura às observações diferentes das ativadas pelo cenário em que Kropotkine se localizava. No contexto observado por Darwin, a “luta uns contra os outros” *ganhava sentido*.

A discussão que desejo levantar com as experiências de Kropotkine e Darwin circula no relacionamento entre sujeito e objeto, que está implicado em contínuas posições de negociação e conexão parcial. Isto é, mesmo Kropotkine tendo uma inclinação política mais convicta em encontrar a presença de uma solidariedade natural entre os animais, *difícilmente* a encontraria, se não houvesse *mínimas* condições de aparecimento que dessem realidade ou mesmo significado à noção de solidariedade. Por outro lado, *difícilmente* Kropotkine, desgarrado de suas convicções políticas anarquistas ou comprometido com visões opostas, encontraria ou atribuiria um significado privilegiado às condições de aparecimento da solidariedade na natureza.

É a partir da investigação dessas linhas de pensamento que, em suma, buscam reconstruir o relacionamento entre sujeito e objeto como resultado de uma negociação

20 Em resumo, a tese de que o crescimento populacional é potencialmente exponencial enquanto o crescimento da oferta de alimentos é linear, gerando assim um movimento de disputa de recursos marcado pela “luta dos animais uns contra os outros”.

21 Idem, p. 69.

22 Retomo a discussão das principais correntes da epistemologia feminista que foram apresentadas por Harding no capítulo anterior, a fim de recapitulá-las, segunda a perspectiva de Haraway. HARAWAY, Donna, op. cit., 2009, p. 7-8.



de posições, em que a aposta em posições assimetricamente investidas de poder soa sem sentido e mesmo *irresponsável*, é que penso ser importante a redefinição dos significados de racionalidade e objetividade na ciência.

Na próxima seção entraremos nas minúcias do ensaio “Saberes Localizados” destacando as problemáticas teóricas apontadas por Haraway acerca das assimetrias de poder corroboradas no interior do construtivismo social, relegando uma posição privilegiada ao sujeito (humano) ao reduzir a relação de conhecimento a uma operação exclusiva ao meio social; do empirismo feminista, ao preservar uma noção de objetividade ancorada em premissas universalistas; e ao standpoint, por defender um privilégio epistêmico a uma categoria de “Mulher” politicamente frágil sustentada numa uma posição – isto é, do oprimido – capaz de produzir um *tipo* de conhecimento mais verdadeiro.

É aqui que a proposta da autora, de uma epistemologia centrada num relacionamento “parcial e situado” entre sujeito e objeto do conhecimento propõe uma alternativa aos desafios da ciência androcêntrica ao buscar partir de uma prática científica sob a qual os corpos humanos e não humanos interagem em constante processo de contestação implicado pela materialidade de suas posicionalidades.

4. RESPOSTA ÀS FEMINISTAS: saberes localizados e a perspectiva parcial

Em 1988, a filósofa e bióloga Donna Haraway publicou o artigo intitulado, conforme a tradução brasileira, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, pela revista *Feminist studies*. O artigo trata-se de uma resposta às principais correntes da epistemologia feminista apresentadas por Harding em sua obra *The Science Question in Feminism*.

São nessas principais correntes que Haraway *ainda vê vestígios* da armadilha do “truque de Deus”, procurando combatê-la, mediante sua defesa de um sujeito parcialmente marcado, localizado, incoerente e não passível de ser capturado por uma categoria unívoca - seja de oprimido ou de opressor. O que a autora quer dizer é que nenhum ponto de visão, usado até aqui para sustentar as noções de sujeito as quais crítica, é passível de uma não mediação com o mundo, com a linguagem e com as tecnologias. Isto é, sujeito é sempre um efeito de tecnologias de visão.

Nesse ensaio, Haraway procura investigar o que chama de racionalidade posicionada, na tentativa de reformular o conceito de objetividade, na medida em que a “objetividade” é sustentada pelas concepções de sujeito que vão sendo demandadas pelas correntes ditas pós-modernas. Nessa seção, acompanho o caminho seguido por Haraway em seu argumento a favor de uma defesa ontológica que dê conta das críticas feministas às tendências androcêntricas das correntes tradicionais da ciência, sem cair no que ela chama de “truque de Deus”, ou seja, sem precisar se fundamentar em um sujeito epistemologicamente superior/não marcado.

Ao apresentar as críticas que marcam o pensamento das feministas na ciência, especialmente em torno da objetividade prescrita pelas linguagens canonizadas das epistemologias tradicionais, a autora encontra um conflito em torno de três polos conceituais: o construtivismo social, o *standpoint* (ou perspectivista) e o empirismo feminista.²³

Nas teorias construtivistas do conhecimento nenhuma perspectiva interna ou plano de pesquisa é privilegiado, isto é, a dicotomia entre as perspectivas internas e externas é suspensa, uma vez que ambas têm suas verdades igualmente sustentadas nas relações de poder construídas externamente - na sociedade. Essas relações de poder, ao se tornarem o fundamento para os programas científicos, igualam a investigação científica às *investigações dos instrumentos semióticos da verdade*, isto é, dos instrumentos que regulam a vida política, econômica, social, etc. À luz dessa posição, a história de Kropotkine e Darwin assumiria unilateralmente a primeira interpretação, qual seja, de que os objetos da ciência são *meros efeitos* da subjetividade do investigador.

Haraway assume que a ciência dispõe de um caráter de tradutibilidade de enunciados sobre o mundo²⁴. Para ela, a noção de que só se pode produzir conhecimento por via da adoção de uma simetria de jogos de poder, em que a subjetividade do observador tem valor unilateral para tradução²⁵ dos objetos, sustenta a ideia tão criticada pelas correntes construtivistas de que os significados dos enunciados científicos poderão

23 Idem, p. 16.

24 O que Haraway critica é como essa leitura impossibilita que o objeto do conhecimento desempenhe algum agenciamento, resultando apenas de um investimento subjetivo do observador.

25 O caráter obscuro da questão pode ser esclarecido na afirmação de que, tendo a subjetividade do autor uma igualdade de valor epistêmico e entendendo o ponto de vista da autora de que *há uma desigualdade de valores* entre as subjetividades que serão levadas em conta na produção de conhecimento, *alguma subjetividade particular* será preservada na tradução de uma linguagem científica comum.



ser traduzidos apenas dentro de um jogo de significados de uma única linguagem, isto é, unilateralizada na subjetividade do conhecedor. E ela pergunta: adivinhem de qual linguagem?²⁶

O segundo pensamento criticado por Haraway é a corrente do empirismo feminista, que ela acusa de “insistir em significados legítimos de objetividade”²⁷ e de se caracterizar por uma suspeita do construtivismo radical, uma vez que este apresentaria uma *insuficiência* em relação às narrativas que expõem o “jogo de significação semiótica marcada pelo poder” a partir da história e da política, não se agarrando aos problemas da ciência dentro de seus *próprios termos e condições de estabelecimento de verdade*.

Em resposta a essa corrente, Haraway se utiliza da crítica ao empirismo feminista levantada por Harding (1986). Segundo Harding, o androcentrismo opera nas teses do empirismo feminista como causador de uma *distorção* na aplicação dos métodos empíricos na descoberta dos fatos, uma vez que a aplicabilidade dos métodos se constrói em função de viés opressor do homem sobre a mulher. O que fundamenta a crítica de Harding ao empirismo feminista é que este não põe em cheque os próprios métodos da ciência como estruturados pelas relações androcêntricas e vê essas relações como uma *distorção* dos métodos da ciência, ao encará-los como neutros e anteriores às relações de poder.²⁸

Nesse contexto, podemos estabelecer um diálogo do empirismo feminista com o marxismo humanista, uma vez que a ideologia (para as correntes marxistas), assim como a ciência androcêntrica (má), causa uma *distorção* da realidade dos sujeitos oprimidos, sejam os trabalhadores, mediante relações de trabalho, sejam as *mulheres* mediante relações sexistas de gênero. Também há de se traçar uma convergência com a corrente do feminismo perspectivista, uma vez que esses sujeitos, trabalhadores ou mulheres, por localizarem-se nos lugares de oprimidos, realizam condições de

26 Idem, p. 15.

27 Harding (1986) comenta que, já na década de 1950, Quine, em *Dois dogmas do empirismo*, identificava um problema na distinção entre, de um lado, as verdades que são analíticas ou fundamentadas em significados independentemente de questões de fato, e, de outro, as verdades que são sintéticas ou baseadas em fatos. Nesse ponto, as feministas empiristas são herdeiras de Quine; no entanto, ao apelarem para normas epistêmicas que, em suma, são reivindicadas não fora, mas dentro da investigação empírica, acabam por recair em um normativismo científico, no problema do viés versus neutralidade e na pressuposição de um sujeito trans-histórico individual que posiciona-se fora da determinação social, além de aceitarem um conceito acríptico de experiência.

28 Idem, p. 27.

estabelecer um *privilégio epistêmico* e, portanto, são eleitos os sujeitos mais próximos de produzir uma *verdade*.

Haraway afirma que esta saída para um sujeito marcado por relações de opressão e epistemologicamente superior é irresponsável e inocente, na medida em que a “sujeição não é uma base para uma ontologia, mas pode ser uma pista visual”.²⁹ Aqui, se dá um primeiro contato com a postura da autora em relação ao status ontológico do sujeito do conhecimento, qual seja, a de que a sua posição não é fixa e é sempre mediada por relações de poder, por condições *dadas* pelo objeto do conhecimento e por instrumentos de visão, ou melhor, *tecnologias de visão*.³⁰ Não à toa Haraway chama a história das ciências como a *história da tecnologia*.

A postura da autora na definição de um sujeito epistemologicamente *responsável* e não privilegiado, se inclina a abraçar as ontologias pós-modernas. Abre-se um diálogo propício à crítica da categoria unívoca de “Mulher”, defendida pela corrente perspectivista, que se põe como irresponsável ao *escamotear* as condições em que se dão a representação dessa “Mulher”, isto é, dos sujeitos que estão representados nessa categoria e que teriam uma autoridade epistêmica por partir de um lugar de subjugação³¹. Tal subjugação se reservaria à assimetria de gênero masculino versus feminino, em que o sexo feminino estaria em uma relação de opressão (sofrendo) com o masculino. Mas, cabe perguntar, quem seria essa “Mulher”?

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar, ao mesmo tempo que se alega ver tudo. [...] (Haraway, 2009: 23)

29 Idem, p. 30.

30 Idem, p. 15.

31 Bat Ami Bar On, em *Marginality and epistemic privilege*, critica essa posição, ao defender que, em Marx, a marginalização não é uma *pista ontológica* necessária para se definir privilégio epistêmico a um sujeito, isto é, os desempregados, mesmo que assumindo uma posição marginalizada, não assumem o mesmo papel epistêmico que o trabalhador. Aqui, Bar On marca uma diferença entre o *standpoint* e o marxismo, de modo que este último define um sujeito epistêmico privilegiado enquanto *desempenhando um papel na produção*, de modo sistêmico. Em relação ao *standpoint*, ela vê dificuldades na definição de uma marginalização que marcasse um sujeito epistemologicamente privilegiado. Segundo a autora, *só* ser mulher não indica muita coisa.

A leitura centrada no gênero como categoria privilegiada para desvendar as influências androcêntricas na ciência se dá a partir dos circuitos feministas, que defendem a epistemologia do *standpoint*, partindo de uma crítica à *predominância* da perspectiva sexista na produção de conhecimento, que, por sua vez, visa a dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. Aqui, a categoria feminina é entendida como epistemologicamente privilegiada, porque se encontra em uma situação de opressão que capacita os sujeitos do sexo feminino a ocuparem posições e corpos que lhes permitem uma *conscientização* de seu estado de opressão.

As teorias do perspectivismo conversam com as vertentes do pensamento marxista humanista³² que, em suma, estruturam sua teoria a partir de uma análise estrutural da economia, na defesa dos processos de subjetivação originários de uma ontologia do trabalho. No marxismo humanista, a estrutura social é marcada pelos lugares ocupados pelos indivíduos no trabalho. Esses lugares são divididos em duas classes, pela burguesia (dona dos meios de produção) e o proletariado (dono da força de trabalho). Cabe aqui explicar como Marx vê a ideologia.

A ideologia é fruto das relações entre as classes, ou melhor, é um pensamento organizado pela burguesia com a função de dar manutenção ao seu poder dentro das relações de produção. Para se manter no poder é necessário que a burguesia financie formas de pensamento que condicionem os trabalhadores a se conformar ao seu estado de alienação do trabalho. Portanto, a ideologia é uma forma de mascarar as relações de produção, que são materialmente mais *reais*. O trabalhador, enquanto categoria que ocupa o lugar dos subjugados dentro das relações entre as classes, é o único agente capaz de trazer uma consciência do estado de alienação promovido pela ideologia burguesa. Nesse sentido, o trabalhador ganha um estatuto de superioridade epistêmica em relação aos outros sujeitos da classe burguesa. E aqui está a relação mais significativa com as teorias perspectivistas.

Haraway critica frontalmente as ideias defendidas pelo pensamento marxista humanista, ao acusar sua incapacidade teórica de “historicizar as mulheres além do salário”³³, uma vez que as relações de produção são só visualizadas em função do par binário trabalhador versus burguês, em que a situação de opressão dos sujeitos é

32 HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. Em *Cadernos Pagu* (22) 2004, Campinas. p. 213.

33 *Standpoint*, empirismo feminista e construtivismo social.



marcada *unilateralmente* pelas relações de trabalho. Aqui, a teoria marxista mantém silêncio em relação a como o gênero (e a raça) são dispositivos de opressão, inclusive *demarcando* posições do trabalho.

A autora aponta para um caráter de imortalidade e onipotência desses tipos de abordagens apresentadas até aqui, sugerindo que as mesmas propõem explicações aplicáveis de mundo que, em suma, recorrem a uma redução das operações epistemológicas à defesa de *meros jogos de poder* operados dentro de um campo agonístico de tecnologias semióticas, por via de um *sujeito epistemologicamente privilegiado* ou por um normativismo metodológico, que acabam por desaguar na realização de uma posição *esvaziada de poder*, isto é, que parte de lugar algum. Tais teorias³⁴ são responsáveis por defender uma realidade que se pretenda mais inocente e real, porque *revelam* os jogos de poder e/ou porque se livram deles, alcançando uma *objetividade ideal*.

As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (Haraway, 2009: 16)

A ideia da “persistência da visão” fornece uma *saída* para as teorias feministas da ciência levantadas que, para a autora, até agora apresentaram processos de teorização que prometiam uma ciência *transcendente* que, em suma, operava *fora* dos limites de conhecimento impostos pelas possibilidades de subjetivação parcial. Ou seja, essas versões da epistemologia feminista ainda caíam no “truque de deus”, do olho que *tudo vê* e que parte de *lugar algum*³⁵, porque se encontra fora dos limites que a visão

34Metáfora do olhar mítico representado na ideia de neutralidade que, em suma, descreve ou traduz o mundo como um espelho de seu próprio eu, dando a essa tradução a correspondência com um objeto que seria resultado de uma *descoberta* imparcial, que parte de lugar algum.

35Aqui, Helen Longino, debatendo com o empirismo feminista, propõe que os métodos de descoberta, que ela entende como heurísticos, são fundamentais na determinação e consideração de certo tipos de hipóteses e *outras não*. Segundo a autora, a investigação dos preconceitos androcêntricos e sexistas que vão ordenar os processos heurísticos de investigação é um passo importante na compreensão dos fatores que limitam as hipóteses em jogo em diferentes áreas do conhecimento, tal como o investimento em heurísticas alternativas opera na consideração de diferentes hipóteses. Op. cit, p. 101-102.



responsável e racional impõe para uma ciência parcializada e objetiva. A proposta da autora está nos saberes localizados. Haraway define:

Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. [...] Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão (Haraway, 2009: 26-27).

A ideia da visão passa a operar como metáfora para descrever, falando em termos mais cientificistas, as narrativas que organizam a prescrição das hipóteses de fundo das teorias científicas. A construção dessas hipóteses de fundo se daria a partir de uma *realização heurística*³⁶ na adoção de teorias, que é marcada, por exemplo, por relações de gênero. Em *Primate Visions*, Haraway vai mostrar como as hipóteses em primatologia e na teoria evolucionária dependem de *convenções narrativas*, a exemplo da transição do macaco ao homínido narrado como um drama heroico e dos tropos como lançando primatas como espelhos da natureza humana. Embora essas convenções e tropos narrativos funcionem como um apelo retórico, *a evidência dos fatos não implica a sua adoção*.

A investigação crítica em torno da adoção de certas hipóteses e *outras não* na construção dos fatos em uma teoria expõe, segundo Haraway, um *modus operandi* da ciência. Ou seja, esclarecer as relações que *estão por trás* da adoção de certas hipóteses constitui propriamente um exercício de objetividade da ciência. Isso significa que, se o funcionamento da ciência se dá a partir da adoção de certas hipóteses de fundo que conduzirão uma teoria a uma descrição dos fatos, o exercício de avaliação de como se conduz a adoção dessas hipóteses exporia a própria *objetividade em seus termos*.

Se o gênero ou a raça foi e é uma metáfora importante na construção de certas narrativas e aceitação de hipóteses de fundo da ciência, expor criticamente essas relações significa tratar criticamente a ciência em suas práticas e refinar o caráter de sua objetividade. E é nesse exercício de análise que estaríamos, para Haraway, jogando o jogo da ciência em termos de objetividade e racionalidade, como uma proposta de revelar os seus “truques de Deus”, e invocando um saber parcializado a partir de um posicionamento responsável.

36 HARAWAY, Donna, op. cit., p. 24.

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação, nas quais parcialidade e não universalidade são a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. Só o truque de deus é proibido. (Haraway, 2009: 30)

O “truque de Deus” está presente como metáfora nas narrativas que se posicionam, além das perspectivas apresentadas no construtivismo social e no empirismo feminista, nos posicionamentos que a autora vai chamar de relativistas. O vestígio da irresponsabilidade epistêmica se encontra nas alternativas relativistas, uma vez que a autora os classifica como uma *totalidade às avessas*. “O relativismo é um caminho do não estar em nenhum lugar, mas reivindicando o ser igualmente em todo lugar”. A ‘igualdade’ da posição é uma negatividade da responsabilidade e da avaliação crítica”.³⁷

Haraway quer dizer que o relativismo, tal como as teorias mencionadas anteriormente – que defendiam uma objetividade marcada pela representação de um sujeito fixo (subjugado) ou de uma ciência *mais verdadeira porque livre dos jogos de poder sexistas* –, se apresenta como um pensamento que autoriza uma posição identitária, ou seja, que requer uma situação fixa que indica as condições em que serão *dadas* as representações do sujeito. Em suma, a pressuposição de uma medida de valor igual a todo *ponto de vista particular*.

Essa visão, lembrando a defesa de Haraway de que a “sujeição não deve ser a base para uma ontologia”, requer que a situação (ou posição identitária) apenas não deve determinar um ponto de vista. Desse modo, isso impediria a possibilidade da racionalidade como *o que é passível de crítica*, ou mesmo feriria a sua definição do que é ter uma postura epistemologicamente responsável: *ter a capacidade de ser chamado a prestar contas*. O relativismo, ao entender todas as perspectivas a partir de um valor de igualdade epistêmica, suspenderia o próprio caráter de criticidade que Haraway alega ser a qualidade da ciência representada na ideia de um “modelo paradigmático do que é contestável”.³⁸

37 Idem, p. 33.

38 A crítica à objetividade científica direcionada por Haraway às ciências naturais e às ciências da vida ganham terreno aos fins do século XX nas ciências humanas como um todo, em especial à antropologia. A disciplina antropológica, naquele momento, enfrentava uma crise epistêmica (Marcus e Fischer, 2014) acerca do seu histórico colonialista (Asad, 1973; Said, 2007) e misógino (Strathern, 2018), ao passo em que buscava chamar os sujeitos produtores de conhecimento a prestar contas da relação entre suas



Todo saber é local e situacional, a ideia de uma base ontológica, de um “ser” coerente e epistemologicamente privilegiado (ou desprivilegiado) é o que mais tem representado o *poder da visão* no pensamento ocidental como um poder de quem “vê a partir do nada”. O sujeito fixo e não contraditório não é passível de estar em algum lugar, de adotar uma perspectiva parcial e de ser chamado a prestar contas.

A qualidade de ver bem ou de adotar uma perspectiva de um sujeito múltiplo e contraditório e não da “morte do sujeito” é o que pode-se entender por sua proposta de refinar a ideia de objetividade a partir da crítica a uma noção metafórica do que até então tem-se construído como narrativas descomprometidas com o caráter corpóreo das teorias.³⁹

Em suma, o caráter corpóreo ou a corporificação das teorias é um movimento que se compromete com uma noção da natureza do conhecimento que, para Haraway, se dá a partir de uma localidade e parcialidade que são inscritas em um corpo que não pode partir de uma determinação ontológica e epistemológica fechada. Não têm, portanto, um sujeito fixo e um objeto fetichizado em completa neutralidade ou subjetividade, e que pode se situar em várias localidades. A defesa de uma racionalidade encarnada (ou corporificada) se insere no movimento de teorização, que se compromete com uma localidade que, no máximo, pode estabelecer formas de conhecimento que sejam objetivas, de acordo com traduções a locais subjetivos (não dados). De fato, à luz dessa interpretação, é *racionalmente e objetivamente válido* que a teoria evolucionista não seja traduzida da mesma forma para Darwin e Kropotkine, isso porque nem os animais e nem os pesquisadores *são os mesmos*, ou seja, eles partem de localidades e corporalidades diferentes.⁴⁰

produções teóricas e resultados analíticos e sua posicionalidade. Em outro artigo (xxx) alcei esse exercício ao relacionar a construção da minha autoridade e mobilidade etnográfica com minha (dupla) posicionalidade, situando-me como mulher cisgênera e modelo de webcamming e assumindo nessas posições a possibilidade de inteligibilizar a organização do modelo de trabalho do streaming adulto nas plataformas digitais/online. Com base nessa (dupla) posicionalidade, argumento a respeito da emergência de um tipo de feminismo radical presente entre os grupos das trabalhadoras dessa indústria - ao tornarem o acesso a esses grupos exclusivos à mulheres e identidades de gênero não-normativas - além de produzir uma definição para matéria-prima comercializada do webcamming - ligada a uma “autenticidade incorporada” - na medida em que *acessei* o seu público consumidor como modelo.

39 Idem, p. 34.

40 Refiro-me ao que Juliana Góes vai chamar de tradição (neo)positivista da ciência: “O modelo hegemônico atual ao qual me refiro é o (neo)positivismo. Ele é um projeto baseado em um método científico que busca garantir a objetividade e a neutralidade. A lógica que guia este método é racionalista e empiricista, ela tem como primazia a observação de relações causais entre variáveis que testam e constroem hipóteses deduzidas de uma teoria geral. A análise destas relações causais, neste método, deve procurar afirmações gerais e universais da realidade, ou seja, deve buscar se aproximar ao máximo

Em um horizonte epistemológico, esses saberes localizados devem ser compartilhados dentro da comunidade acadêmica, a partir de um movimento de solidariedade política e engajamento em conversas epistêmicas que demonstrem um caráter de parcialidade para o qual a única coisa que não deve ser permitida é o fechamento da posição da/o pesquisadora/r bem como o estancamento das diferenças de perspectiva na sustentação de programas epistemológicos.

A ciência, torna-se assim, o modelo paradigmático, não do fechamento, mas do que é contestável e contestado. A ciência torna-se o mito, não do que escapa à ação e à responsabilidade humanas, num domínio acima da disputa, mas, antes, de prestação de contas e de responsabilidade por traduções e de solidariedades, vinculando as visões cacofônicas e as vozes visionárias que caracterizam os saberes dos subjugados. Uma divisão dos sentidos, uma confusão entre voz e visão, mais do que ideias claras e distintas, torna-se a metáfora para a base do racional. Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo (saudades da presença da Palavra única e verdadeira) e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada (Haraway, 2009: 33).

Passo para um último momento deste tópico, apresentando o status epistemológico dos objetos que são significados como “atores: o aparato da produção corporal”⁴¹, quando Haraway procura criticar o estatuto ontológico dos objetos da ciência como amparado nas velhas dicotomias entre sujeito/objeto, cultura/natureza, sexo/gênero.

Para as epistemologias tradicionais a natureza do conhecimento é amparada pela dicotomia sujeito/objeto, no intuito de criar uma diferenciação do sujeito em relação a um objeto *no mundo*, organizando uma forma de conhecimento embasada em uma posição de neutralidade e imparcialidade. Esse tipo de conhecimento se dá pelo

possível do encontro das ‘leis que explicam o funcionamento do mundo’. Assim, o conhecimento ‘digno’ seria aquele ‘capaz de transcender as particularidades e se colocar de maneira universal’. Por fim, a lógica do modelo (neo)positivista é exclusiva, ou seja, ela se coloca como a única correta e capaz de levar a algum tipo de conhecimento ‘real’ do mundo, de forma que toda atividade intelectual que não segue seu método é invalidada”. Ver GÓES, Juliana, op. cit., p. 02.

41 Nas *Meditações* Descartes estabelece um método que tenha como fim o conhecimento verdadeiro. Em um primeiro momento nosso conhecimento sensível estaria submetido ao engano sistemático, nos levando a um movimento de dúvida hiperbólica. Em um segundo momento, tudo é colocado sob questionamento. Entretanto, a própria capacidade de questionar é traduzida como algo inquestionável: temos aqui um terreno para a prova do *Cogito*. Ver ALMEIDA, D. M. “Análise da trama de argumentos na obra ‘Meditações’ cartesianas na construção da ideia do ‘Cogito’: uma proposta para um modelo didático para o ensino de Filosofia”. Em *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.62, p. 295-308, out/dez. 2016.



movimento de descoberta realizada por um sujeito racional que, se distanciando de seus pressupostos subjetivos, alcança o objeto da natureza em sua realidade objetiva.⁴² À luz dessa perspectiva, o objeto é passivo, enquanto motivado por uma operação da racionalidade do sujeito *conhecedor* que, por meio de uma metodologia orientada⁴³, *conquista* um saber sobre o objeto no mundo.

Haraway aponta para uma *sacada* das feministas ao duvidarem dessa visão passiva do objeto, investindo em versões mais significativas das narrativas da ciência tradicional, que se utilizam de escolhas de metáforas sexistas para caracterizar a “fêmea”⁴⁴, como no exemplo anterior, que trata a decisão de narrar a transição do macaco ao hominídeo como um drama heroico focado em atividades presuntivamente masculinas, como a caça desempenhando o motor da evolução, obscurecendo alternativas menos dramáticas que são pelo menos igualmente apoiadas pelos dados e que também possam se concentrar em atividades presuntivamente femininas.

Haraway chama atenção para o par analítico sexo/gênero em que tradicionalmente se amparam as análises construtivistas feministas no que se refere a uma discriminação dos fatores biológicos (sexo) dos fatores construídos socialmente (gênero), admitindo que o corpo é uma página em branco disponível para inscrições

42 Em *Mamíferos, Primatologia e Sexologia*, Londa Schiebinger (1998) traça uma crítica à classificação taxonômica de Linnaeus, em sua introdução do termo *Mammalia* em meados do século XVIII. Ao categorizar o lugar dos humanos na natureza, Linnaeus elege as mamas como um critério de união dos seres humanos aos animais. O questionamento acerca do porquê a escolha das mamas e não outras características, como pelos ou buracos nos ouvidos, impõe certas leituras políticas na escolha do termo. Dentre elas, a construção história relacionada ao gênero, indicando que o elo de aproximação do homem com a natureza estava ligado às fêmeas e ao contexto político e econômico da Europa do século XVIII que lidava com a necessidade de investir em estratégias que reduzissem as altas taxas de mortalidade infantil, incentivando às mulheres políticas de aleitamento materno e substituição de amas de leite, assim como parteiras por médicos. Ver discussão em ALZUGUIR, Fernanda V., NUCCI, “Marina. Maternidade mamífera? Concepções sobre a natureza e ciência em uma rede social de mães”. Em *Mediações*, V. 20, jan/jun 2015, p. 233.

43 Judith Butler também faz esse caminho crítico na sua teoria *Queer*: “Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Op. cit., p. 26.

44 Haraway comenta: “Corpos biológicos são ‘produzidos’ ou ‘gerados’ com o mesmo sentido forte que o são os poemas? Desde o início do romantismo no final do século dezoito, muitos poetas e biólogos acreditaram que a poesia e o organismo são irmãos. Frankenstein pode ser lido como uma reflexão sobre esta proposta. Continuo a acreditar nessa poderosa proposta, mas com um modo de crer pós-moderno e não romântico”. Ver “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, op. cit., p. 39-40.



sociais. Para a autora, o corpo tem em suas marcações (gênero, raça, sexualidade, etc) uma agência enquanto discurso epistemologicamente significativo.⁴⁵

Por último, Haraway se permite a metáfora dos corpos serem constituídos nos discursos pela mesma força onírica das representações de um poema, isso se dá na sua aposta em uma racionalidade que se constitui não em oposição ao processo de imaginação, mas que é justamente nesse processo imaginativo que é dado o seu limite e seu significado.⁴⁶ É nesse horizonte imaginativo em que mito e realidade se cruzam que se constitui, por exemplo, o objeto privilegiado da primatologia, isto é, o corpo primata como sendo “parte do corpo da natureza, que pode ser lido como um mapa de poder”.⁴⁷

CONCLUSÃO

O percurso que segui nesse artigo foi o de localizar as discussões das epistemologias anglófonas do final do século XX, buscando entender os desdobramentos teóricos e os efeitos desses desdobramentos na análise da proposta epistemológica de Donna Haraway. Entender o contexto no qual Haraway formula sua proposta epistemológica da perspectiva parcial é submeter essa perspectiva à sua própria ótica, isto é, dos saberes situados.

Em um primeiro momento, introduzi as discussões de Ann Shteir, situadas na classe média branca inglesa do século XIX, acerca da consolidação da botânica enquanto um campo científico *sério* como terreno epistemológico e político para entender, num segundo momento, os desdobramentos das principais correntes da epistemologia feminista, apresentadas por Harding, no final de década de 1980. Em um terceiro momento busquei realizar um estudo de caso da proposta epistemológica de

45 Como comenta Marília Rodrigues da Silva: “A primatologia, afirma a autora, diz respeito a uma ‘Ordem’ taxonômica, e por isso política, onde fronteiras que ordenam diferenças estão em constante negociação. Essas fronteiras, diz ela, marcam importantes territórios sociais, como a norma para a família apropriada, e são estabilizadas por práticas sociais que Foucault chamaria de disciplinares, especialmente práticas educacionais e médicas. Para ela, os dois principais eixos estruturantes das histórias científicas da primatologia são os dualismos sexo/gênero e natureza/cultura, além das fortes marcas de raça e nacionalidade que se fazem presentes nessas narrativas”. Ver SILVA, M. R. da. *Refigurando monstros: a perspectiva parcial de Donna Haraway como crítica da ciência*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009., p. 51.

46 Bruno Latour e Jacques Derrida são alguns autores, nos quais não mencionei diretamente neste artigo, que Haraway vai apontar como exemplos teóricos que nos oferecem ferramentas para entender as relações sociais constituídas de entidades humanas e não-humanas.

47 O termo é sugerido por Vinciane Despret (2011) para refletir o resultado *das contradições examinadas nas observações* de Kropotkine comparadas às da teoria da evolução darwinista.

Haraway situando-a nas discussões de Despret acerca das teorias científicas no campo da biologia defendidas por Darwin e Kropotkine. No último momento, ofereci uma discussão mais detalhada da obra *Saberes localizados* de Haraway em resposta a esse conjunto teórico apresentado no trabalho de Harding.

É a partir dessa resposta que Haraway vai criticar os desdobramentos das teorias feministas anglófonas sustentadas, em suma, na noção de que o objeto é apenas o resultado de um investimento cultural, defendido pelas ideias construtivistas, carregando uma dialética humanista em que “social” se constitui como o que *se opõe* ao que não é humano,⁴⁸ fazendo perder de vista qualquer possibilidade de agenciamento e negociação mútua entre entidades humanas e não-humanas na formação do conhecimento.

Por outro lado, a saída para uma objetividade transcendental, como defendida pelas ideias do empirismo feminista ou pelas correntes tradicionais da ciência, apostam em uma descorporificação do observador e em uma natureza dada do objeto, também negligenciando o agenciamento e negociação mútua entre as duas entidades. Para Haraway, apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva.

Dar privilégio à perspectiva parcial é reconhecer os custos implicados no corpo marcado, isto é, nas possibilidades de inclusão e exclusão de perspectiva que essa marcação significa. Ser chamado a prestar contas é se responsabilizar não só pelos processos que constroem uma posição, mas também reconhecer a exclusão na medida em que se recusa a olhar a “partir de Deus”. E é quando, no jogo do conhecimento, a exclusão é reconhecida que a abertura para a tradução em níveis diferenciados de poder entre as comunidades científicas é legitimada e incentivada.

Pensar a localidade dos saberes significa redefinir o que tem-se traduzido como objetividade dentro dos circuitos tradicionais do conhecimento, sejam feministas ou não, que ainda investiam/em em uma noção de objetividade que repousa nas velhas dicotomias ficção/realidade, mente/corpo, natureza/cultura, sexo/gênero, etc. O corpo não marcado masculino, branco e hétero ganha significado no investimento dessas dicotomias, isto é, se diferenciando de outros corpos (que são corpos) que não são capazes de fazer ciência.

48 Idem, p. 37. Aqui, Haraway prefere a abertura ou nascimento de “vários sujeitos”.



A identidade do observador é, inevitavelmente, significada a partir do contraste com o Outro. O que permitiu a insígnia do “corpo não marcado” da ciência masculina, branca e heterossexual foi, justamente, o pertencimento dessas categorias à ordem da totalidade normativa - em oposição ao sujeitos subalternizadamente marcados. Tanto a imagem do corpo marcado e do não marcado são efeitos da imaginação, ficções que realizaram todas as experiências científicas que busquei apresentar neste artigo.

Ficção aqui não deve ser compreendida como antagônica à realidade, mas como um efeito metafórico necessário a todo o processo em que a realidade é produzida. Portanto, para dar realidade a uma ciência ou objetividade feminista talvez seja a hora de mudar a metáfora.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, p. 332, 1993.

ALMEIDA, D. M. “Análise da trama de argumentos na obra ‘Meditações’ cartesianas na construção da ideia do ‘Cogito’: uma proposta para um modelo didático para o ensino de Filosofia”. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.62, p. 295-308, out/dez. 2016.

ALZUGUIR, Fernanda V., NUCCI, Marina. “Maternidade mamífera? Concepções sobre a natureza e ciência em uma rede social de mães”. Londrina: *Mediações*, V. 20 n, p. 217-238, jan/jun 2015.

ASAD, Talal et al. (Ed.). *Anthropology & the colonial encounter*. London: Ithaca Press, 1973.

BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Ixjndon: Routledge & Kegan Paul, 1997.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CHARLOTTE, Perkins Gilman. *Them man-made world: or, Our androcentric culture*. New York. 1911.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990.



DAL'ORTO, Caroline Coutinho. Entre o antropológico e o porno-erótico: notas etnográficas de uma antropóloga-camgirl sobre trabalho sexual plataformizado.

Horizontes Antropológicos, v. 30, n. 68, p. e680406, 2024.

DESPRET, Vinciane. “O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas?”. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 1, p. 59-72, Jan./Abr. 2011.

FOUCAULT, M. "*A verdade e as formas jurídicas*". Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

GANE, Nicholas, HARAWAY, Donna. 2006. “When We Have Never Been Human, What Is to Be Done? Interview with Donna Haraway”. **Theory, Culture & Society**. 23:135–158.

GÓES, Juliana. “Ciência e a(s) epistemologia(s): saberes localizados”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v 27n, 2019.

HARAWAY, Donna. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. **Cadernos Pagu**, n.22. Campinas: Unicamp, 2004. p.201-246.

_____. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. Em SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. “O humano numa paisagem pós-humanista”. **Estudos Feministas**, v.1, n.2. Florianópolis: UFSC, 1993. p.277-292.

_____. *Primate Visions. Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

_____. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARDING, Sandra. “*The Science Question in Feminism*”. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, Sandra; PEREIRA, VERA. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.” **Estudos feministas**, p. 7-32, 1993.



KOHLSTEDT, Sally G, LONGINO, Hellen E. *Women, Gender, and Science*. New Directions. Orisis, v. 12. p. 229, 1993.

KUHN, Thomas. "Objectivity, Value Judgment and Theory Choice", In *The Essential Tension*, Chicago: University of Chicago Press. 1977.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LONGINO, Helen. "Subjects, Power, and Knowledge: Description and Prescription in Feminist Philosophy of Science", in Alcoff and Potter. 1993.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, 2012.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael MJ. *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. University of Chicago press, 2014.

QUINE, W. V. O., 1963, "Two Dogmas of Empiricism". From a *Logical Point of View*, New York: Harper & Row.

SAID, Edward W. *Orientalism reconsidered*. In: *Postcolonial criticism*. Routledge, p. 126-144, 2014.

SARDENBERG, C. M. B. "Da crítica feminista a uma ciência feminista?" **Labrys Estudos Feministas**, 11, p. 45, 2007.

SILVA, M. R. da. **Refigurando monstros: a perspectiva parcial de Donna Haraway como crítica da ciência**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

Verbetes "Feminist Epistemology and Philosophy of Science", in *Stanford Encyclopedea of Philosophy*: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

Verbetes "Feminist Social Epistemology", in *Stanford Encyclopedea of Philosophy*:<<https://plato.stanford.edu/entries/feminist-social-epistemology/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

Submetido em: 01/02/2024

Aceito em: 31/10/2024